

PF abre inquérito para apurar escândalo com pastores no MEC

ESCÂNDALO. Polícia Federal irá apurar suspeitas apontadas em um relatório da CGU sobre distribuições de verbas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

PF abre inquérito para investigar o MEC

» A Polícia Federal abriu nesta sexta-feira (25) inquérito para apurar a atuação de pastores na liberação de verbas no Ministério da Educação. A PF irá apurar suspeitas apontadas em um relatório da Controladoria-Geral da União sobre distribuições de verbas do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação).

Esse inquérito ficará na superintendência da PF do Distrito Federal e não tem, por ora, a atuação do ministro Milton Ribeiro entre os fatos investigados.

Em outra frente, nesta quinta-feira (24), a ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia já havia autorizado que a PGR (Procuradoria-Geral da República) abrisse um inquérito sobre o ministro Milton Ribeiro.

Serão apuradas suspeitas de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa.

Essa decisão atendeu a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, que solicitou a investigação depois de a Folha revelar áudio em que Ribeiro afirma que o governo Jair Bolsonaro (PL) prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores que não têm cargo e atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do MEC.

Na gravação, o ministro diz ainda que isso atende a uma solicitação do presidente Bolsonaro e menciona pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas. A



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

O inquérito ficará na superintendência da PF no DF; ministro Milton Ribeiro ainda não é investigado

atuação dos pastores junto ao MEC foi revelada anteriormente pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A PGR também pretende apurar a suspeita de achaque ao prefeito Gilberto Braga (PSDB), do município maranhense de Luis Domingues. Ele afirmou que um dos pastores que negociam transferências de recursos federais para prefeituras pediu 1 kg de ouro para conseguir liberar verbas de obras de educação para a cidade.

Segundo o gestor, o pedido foi feito em um restaurante de Brasília na presença de outros políticos.

A declaração do prefeito foi dada ao jornal O Estado de S. Paulo, e a Folha confirmou com outras duas pessoas presentes no local onde o pedido de propina foi feito.

Serão apuradas suspeitas de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. Essa decisão atendeu a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras

Os dois pastores, Gilmar Santos e Arilton Moura, também são alvos do inquérito autorizado por Cármen Lúcia. A ministra deu prazo de máximo de 30 dias prorrogáveis para o inquérito, “salvo o caso de motivação específica e suficiente”.

Ao autorizar a abertura de investigação, a ministra disse que “a gravidade do quadro descrito é inconteste e não poderia deixar de ser objeto de investigação imediata, aprofundada e elucidativa sobre os fatos e suas consequências, incluídas as penais”.

“Nos autos se dá notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas”, acrescentou. (FP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 5